



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO 2020
AGO 30.07.2020**

De acordo com a Instrução CVM 481 de 17/12/2009 - Capítulo III - Artigos 8º a 21º estamos encaminhando:

Sumário

EDITAL DE CONVOCAÇÃO	3
Anexo I: Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (art. 9º, III, Instrução CVM nº 481/09); item 10 do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/09).....	5
Anexo II: Remuneração dos administradores (art. 12, Instrução CVM nº 481/09), Item 13 do Formulário de Referência. (Instrução CVM nº 480/09)	26
Anexo III: Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09)	35

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

TEKA - TECELAGEM KUEHNRICH S.A. – em recuperação judicial
COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 82.636.986/0001-55

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Convidamos os Senhores Acionistas desta Sociedade a se reunirem no próximo dia 30 de julho de 2020, às 09:00 horas, no auditório do Centro de Gestão Humana localizado na Rua 2 de Setembro, nº 2588, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau (SC), em Assembleia Geral Ordinária a fim de deliberar sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA:

I – Em Regime Ordinário

1. Explanação pelos Auditores Independentes, referente as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;
2. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, com Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;
3. Fixação do montante global dos honorários da Administração para o exercício de 2020; e
4. Destinação do Resultado do Exercício de 2019.

Informações complementares:

Aviso aos acionistas: Comunicamos aos Srs. Acionistas da TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A. (“Companhia”) – em recuperação judicial, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/76, do art. 25 da Instrução CVM nº 480/09 e dos arts. 9º e 12º da Instrução CVM nº 481/09, referente ao exercício social encerrado em 31.12.2019, que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, encontram-se à disposição na sede social na Rua Paulo Kuehnrich, nº 68, bairro Itoupava Norte, Blumenau, Santa Catarina, e no site da Companhia (www.teka.com.br).

Dos documentos: Os Senhores Acionistas que não comparecerem e, se for o caso, poderão ser representados por procuradores munidos da outorga, nos termos do art. nº 126, § 1º e 4º da Lei nº 6.404/76.

Do voto à distância: a Companhia disponibiliza nessa mesma data a opção de votação a distância conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 481/2009.

Medidas Sanitárias: Serão adotadas as medidas sanitárias necessárias devido à pandemia do Covid-19, sendo obrigatória a medição de temperatura de cada participante antes de adentrar à

reunião, bem como será obrigatório o uso de álcool em gel 70% e uso de máscaras. Será mantida a distância de 1,5 metro entre cada participante.

Em função do distanciamento social necessário e para a disponibilização de cadeiras, solicitamos que cada participante confirme a sua presença com no mínimo 48 horas de antecedência.

Blumenau (SC), em 26 de junho de 2020.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anexo I: Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (art. 9º, III, Instrução CVM nº 481/09); item 10 do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/09)

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

- a. condições financeiras e patrimoniais gerais

COMENTÁRIOS

Senhores Acionistas

Apresentamos para apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Companhia (individual e consolidada) relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente. Assim, entendemos que de forma abrangente, demonstramos o desempenho econômico e financeiro da Companhia.

Estas informações encontram-se à disposição em nossa Sede, em nosso site www.teka.com.br, bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários, CVM.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O ano de 2019 foi de muitos desafios e dificuldades para o mercado brasileiro. A economia ensaiou uma retomada que não aconteceu. De acordo com dados do IBGE a produção industrial no país registrou queda acumulada de 1,1%. Diante deste contexto o mercado reagiu de forma mais lenta que o esperado, ficando em desacordo com a expectativa inicial para o ano de 2019.

A receita bruta de 2019 foi de R\$ 192,8 MM (R\$ 191,7 MM em 2018), sendo 0,6% maior em relação a 2018. No mercado interno tivemos um acréscimo de 5,3% comparando com 2018, mesmo com a economia brasileira retraída, onde o PIB alcançou um crescimento de 1,1% de acordo com o relatório Focus de 27 de dezembro de 2019. No mercado externo em relação a 2018 a redução foi significativa, totalmente vinculada a crise Argentina. Diante deste cenário, a receita operacional líquida em 2019 foi de R\$ 148,7 MM (R\$ 149,2 MM em 2018), sendo 0,3% menor em relação ao ano de 2018. As exportações representaram somente 8,1% da receita líquida no ano de 2019 (13,3% em 2018). Outros dois fatores relevantes também influenciaram na redução da receita bruta, o primeiro fator foi uma menor venda para os grandes magazines, que reduziram drasticamente suas programações de compras em razão das baixas vendas em suas lojas e o segundo fator que influenciou foram ações desnecessárias tomadas pelas empresas vinculadas ao diretor judicialmente afastado, as quais impactaram nas rotinas da Companhia, sendo que tais ações, tratadas pelo Poder Judiciário, já restaram respondidas.

O lucro bruto de 2019 foi de R\$ 22,2 MM (R\$ 22,6 MM em 2018) sendo 2,0% menor que 2018.

O resultado de 2019 ficou negativo em R\$ 129,0 MM, contra um resultado negativo de R\$ 125,6 MM em 2018, variação de 2,7%. Cabe ressaltar que o resultado de 2019 foi afetado pelo reconhecimento do *Impairment* do imobilizado no valor de R\$ 15 MM conforme laudo de avaliação elaborado referente aos maquinários/equipamentos em desuso e que serão disponibilizados para comercialização, conforme autorização/comunicação do r. Juízo da Recuperação Judicial. Outro fator foi o reconhecimento de ajuste de R\$ 10 MM, referente decisões relacionadas ao processo de recuperação judicial.

O resultado financeiro negativo de R\$ 102,5 MM contra R\$ 108,3 em 2018, apresenta redução de 5,4%, resultado de renegociações e constante trabalho desempenhado pela atual gestão, no tocante a mudanças adotadas na condução das negociações do dia a dia. Importante frisar que deste montante, valores significativos se referem a atualização financeira de passivos acumulados do passado, e que ao

analisar as despesas correntes verifica-se redução ainda maior se comparado a exercícios anteriores, reforçando os resultados positivos com o frequente trabalho de negociação das taxas de antecipação, análise criteriosa de crédito com redução da inadimplência e conseqüente qualidade dos recebíveis.

Adicionalmente a Companhia informa que ainda não tem como avaliar os reais impactos em nossos negócios em virtude do cenário atual no que se refere a pandemia do COVID-19, inclusive com risco de interrupção como consequência de eventual descontinuidade das operações de parceiros, fornecedores e clientes, porém a Companhia não irá poupar esforços para a regularidade e continuidade de suas operações.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O relacionamento da Companhia com o público interno e externo tem como premissa sua missão e estratégia de negócios, pautado pela convicção de que os resultados devem ser obtidos nas perspectivas econômica, pessoal, ética, social e ambiental.

No final do ano de 2019, a TEKA mantinha 1.265 colaboradores, (1.308 em 2018) para os quais proporciona um ambiente de trabalho que conduz ao crescimento profissional e pessoal. Foram realizados em 2019 treinamentos direcionados à capacitação e aperfeiçoamento de nossos colaboradores, principalmente, no que se refere à melhoria de nossos processos e qualidade dos produtos. Com o programa de estágio e de aprendizes, estamos investindo nos jovens talentos. Cerca de 70 estudantes participaram deste programa.

Quanto à sustentabilidade ambiental, a Companhia sempre mantém um controle rígido de não poluição, sendo seu tratamento de efluentes extremamente efetivo.

AUDITOR INDEPENDENTE

Em atendimento a Instrução CVM nº 381/03, a TEKA Tecelagem Kuehrich S A e suas controladas informam que não contrataram outros serviços da Berkan Auditores Independentes, responsável pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Após mais um exercício encerrado, os resultados alcançados no ano de 2019 refletem a constante busca pela melhoria e soerguimento da empresa. Isto somente foi possível, pois com a mudança da gestão houve a mudança da forma de trabalho, conquistando a confiança dos clientes, consumidores, fornecedores e colaboradores. Nosso principal agradecimento aos colaboradores, pela dedicação e o comprometimento com seu trabalho e aos nossos fornecedores e financeiras pela cooperação.

Blumenau (SC), março de 2020.

A Administração

b. estrutura de capital

Não há previsão para a realização a curto prazo de hipótese de resgate de ações e mudança na estrutura de capital.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

É essencial manter foco em realizar uma estruturação de capital de forma otimizada e sustentável, através de venda de ativos, renegociação com credores, lucro operacional e captação de recursos no mercado de capitais.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Desconto das duplicatas, contratos de giro, antecipação de recebíveis, operações de fomento e crédito de fornecedores.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Alongamento dos compromissos de curto e médio prazo e captação de recursos de longo prazo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

iii. grau de subordinação entre as dívidas

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Capital de giro	128.687	119.581	128.687	119.581
BRDE	8.989	6.856	8.989	6.856
Debêntures	150	622	150	622
Sujeitos à recup.judicial	329.508	297.519	329.508	297.519
Parcela Circulante	467.334	424.578	467.334	424.578
Debêntures	1.942	1.328	1.942	1.328
Parcela não circulante	1.942	1.328	1.942	1.328
	469.276	425.906	469.276	425.906

Taxas

Capital de giro	1% a 6% a.m. / 1% e 2,3% a.m.+IGPM / TR+0,5% a.m
BRDE	TJLP + 7% a.a.
Debêntures	TJLP + 1,5% a.a.
Sujeitos à recup.judicial	TJLP + 1,5% a.a.

	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Por data de vencimento				
Vencidos	84.661	85.521	84.661	85.521
Em até 6 meses	42.667	36.399	42.667	36.399
De 6 meses a 1 ano	10.498	5.139	10.498	5.139
Acima de 5 anos	1.942	1.328	1.942	1.328
Sujeitos à recup.judicial	329.508	297.519	329.508	297.519
	469.276	425.906	469.276	425.906
	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Por tipo de moeda				
Reais	467.410	423.734	467.410	423.734
US\$	1.866	2.172	1.866	2.172
	469.276	425.906	469.276	425.906

Garantias e avais

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado no total de R\$ 190 milhões (R\$ 213 milhões em 2018).

Debêntures

No Plano de Recuperação há a previsão de emissão de Debêntures a credores. No exercício de 2016 a Companhia iniciou o processo de entrega, cujo montante original de R\$ 1.328 (atualizado R\$ 1.942) até 31/12/2019 está reconhecido na rubrica Debêntures no Longo Prazo.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	% Var 19 x 18	31/12/2019	31/12/2018	% Var 19 x 18
Receita De Vendas E/Ou Serviços	148.399	149.454	-0,7%	148.725	149.157	-0,3%
Custo De Bens E/Ou Serviços Vendidos	(124.381)	(124.447)	-0,1%	(126.566)	(126.550)	0,0%
Resultado Bruto	24.018	25.007	-4,0%	22.159	22.607	-2,0%
Despesas/Receitas Operacionais	(54.211)	(45.682)	18,7%	(50.608)	(41.164)	22,9%
Com Vendas	(21.783)	(21.129)	3,1%	(22.426)	(21.693)	3,4%
Gerais E Administrativas	(11.991)	(11.159)	7,5%	(12.030)	(11.206)	7,4%
Outras Receitas Operacionais	23.541	17.869	31,7%	23.542	17.874	31,7%
Outras Despesas Operacionais	(39.398)	(30.040)	31,2%	(39.694)	(26.139)	51,9%
Resultado De Equivalência Patrimonial	(4.580)	(1.223)	274,5%	-	-	
Resultado Antes Do Resultado Financeiro E Dos Tributos	(30.193)	(20.675)	46,0%	(28.449)	(18.557)	53,3%
Resultado Financeiro	(100.117)	(105.692)	-5,3%	(102.532)	(108.348)	-5,4%
Receitas Financeiras	26.715	24.200	10,4%	26.737	24.187	10,5%
Despesas Financeiras	(126.832)	(129.892)	-2,4%	(129.269)	(132.535)	-2,5%
Resultado Antes Dos Tributos Sobre O Lucro	(130.310)	(126.367)	3,1%	(130.981)	(126.905)	3,2%
Corrente	-	-		-	-	
Diferido	1.280	754	69,7%	1.951	1.292	51,1%
Resultado Líquido Das Operações Continuadas	(129.030)	(125.613)	2,7%	(129.030)	(125.613)	2,7%
Lucro/Prejuízo Do Período	(129.030)	(125.613)	2,7%	(129.030)	(125.613)	2,7%
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-	-		(129.030)	(125.613)	
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-		-	-	
Resultado Por Ação	(256,44)	(249,65)	2,7%	(256,44)	(249,65)	2,7%

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	% Var 19 x 18	31/12/2019	31/12/2018	% Var 19 x 18
ATIVO TOTAL	958.218	934.329	2,6%	979.499	965.579	1,4%
ATIVO CIRCULANTE	60.994	58.689	3,9%	62.254	60.766	2,4%
Caixa e Equivalentes de Caixa	387	85	354,7%	575	146	293,8%
Contas A Receber	39.269	35.877	9,5%	39.130	36.129	8,3%
Estoques	19.031	19.841	-4,1%	19.453	20.425	-4,8%
Tributos A Recuperar	214	554	-61,3%	465	1.227	-62,1%
Despesas Antecipadas	3	8	-61,0%	3	8	-62,5%
Outros Ativos Circulantes	2.090	2.324	-10,1%	2.628	2.831	-7,2%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	897.224	875.640	2,5%	917.245	904.813	1,4%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	719.527	685.898	4,9%	720.315	686.686	4,9%
Contas A Receber	-	135	-	-	135	-
Outros Ativos Não Circulantes	719.527	685.763	4,9%	720.315	686.551	4,9%
INVESTIMENTOS	45.031	47.614	-5,4%	5.115	3.345	52,9%
Participações Societárias	39.916	44.269	-9,8%	-	-	-
Propriedade Para Investimentos	5.115	3.345	52,9%	5.115	3.345	52,9%
IMOBILIZADO	132.345	141.697	-6,6%	191.494	214.351	-10,7%
INTANGÍVEL	321	431	-25,5%	321	431	-25,5%

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	% Var 19 x 18	31/12/2019	31/12/2018	% Var 19 x 18
SSIVO TOTAL	958.218	934.329	2,6%	979.499	965.579	1,4%
SSIVO CIRCULANTE	2.143.580	2.011.113	6,6%	2.206.251	2.071.721	6,5%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	802.854	769.982	4,3%	837.243	803.604	4,2%
Provedores	358.296	334.702	7,0%	359.792	336.088	7,1%
Obrigações Fiscais	317.659	299.237	6,2%	343.534	324.438	5,9%
Obrigações Fiscais Federais	170.482	151.823	12,3%	196.357	176.999	10,9%
Obrigações Fiscais Estaduais	127.350	130.782	-2,6%	127.350	130.795	-2,6%
Obrigações Fiscais Municipais	19.827	16.632	19,2%	19.827	16.644	19,1%
Empréstimos E Financiamentos	467.334	424.578	10,1%	467.334	424.578	10,1%
Empréstimos E Financiamentos	467.184	423.956	10,2%	467.184	423.956	10,2%
Debentures	150	622	-75,9%	150	622	-75,9%
Outras Obrigações	165.831	153.865	7,8%	166.275	153.867	8,1%
Passivos Com Partes Relacionadas	21.870	29.743	10,8%	27.718	25.252	9,8%
Outros	143.961	134.122	7,3%	138.557	128.615	7,7%
Provisões	31.606	28.749	9,9%	32.073	29.146	10,0%
Provisões Fiscais, Previdenciárias Trab. E Cíveis	31.606	28.749	9,9%	32.073	29.146	10,0%
SSIVO NÃO CIRCULANTE	378.665	358.434	5,6%	337.215	329.018	2,5%
Empréstimos E Financiamentos	1.942	1.328	46,2%	1.942	1.328	46,2%
Empréstimos E Financiamentos	-	-	-	-	-	-
Debentures	1.942	1.328	46,2%	1.942	1.328	46,2%
Outras Obrigações	48.917	48.643	0,6%	1.451	1.065	36,2%
Passivos Com Partes Relacionadas	47.593	47.941	-0,7%	-	-	-
Outros	1.324	702	88,6%	1.451	1.065	36,2%
Autos Diferidos	35.854	37.134	-3,4%	58.152	60.102	-3,2%
Provisões	291.952	271.329	7,6%	275.670	266.523	3,4%
Provisões Fiscais, Previdenciárias Trab. E Cíveis	275.670	266.523	3,4%	275.670	266.523	3,4%
TRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	(1.564.027)	(1.435.218)	9,0%	(1.563.967)	(1.435.160)	9,0%
Patrimônio Social Realizado	21.945	21.945	0,0%	21.945	21.945	0,0%
Reservas De Reavaliação	71.634	73.686	-2,8%	71.634	73.686	-2,8%
Reservas De Lucros	4.389	4.389	0,0%	4.389	4.389	0,0%
Prejuízos Acumulados	(1.698.298)	(1.572.747)	8,0%	(1.698.298)	(1.572.747)	8,0%
Reservas De Avaliação Patrimonial	32.890	34.317	-4,2%	32.890	34.317	-4,2%
Reservas Acumuladas De Conversão	3.413	3.192	6,9%	3.413	3.192	6,9%
Participação Acionistas Não-Controladores	-	-	-	60	58	-

10.2. Os diretores devem comentar:

- a. resultados das operações do emissor, em especial:
i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da companhia resulta da produção e comercialização de artigos relacionados a produtos de banho, cama e mesa.

- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Condicionada ainda a limitação de recursos financeiros, principalmente devido seus altos custos, a empresa produziu e comercializou cerca de 4.500 ton/ano, sendo que seu melhor desempenho na curva de crescimento foi no segundo semestre.

- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A empresa vai ampliar sua capacidade de criar valor e gerar resultados positivos de forma sustentada e contínua através da gestão de unidade de negócios, visando otimizar custos e despesas, focando MARCAS, produtos e novos canais de vendas, fortalecendo assim, ainda mais suas operações e sua marca.

- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Elevadas despesas com captação de recursos, visto a dificuldades de financiamento a taxas mais acessíveis.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve fatos relevantes.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve fatos relevantes.

- c. eventos ou operações não usuais

Não houve fatos relevantes.

10.4. Os diretores devem comentar:

- a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não há mudanças significativas nas práticas contábeis.

- b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não há normas que tenham entrado em vigor que possam ter efeito significativo nas Demonstrações da Companhia.

- c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Foram emitidos conforme se transcreve abaixo:

Ano de 2017

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Teka – Tecelagem Kuenhrich S.A. (“Em recuperação judicial”)
Blumenau - SC

Abstenção de Opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Teka – Tecelagem Kuenhrich S.A. “Em recuperação judicial” (‘Companhia’), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Companhia pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa número 1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30 de outubro de 2013. No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, com oposição à decisão que visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA, dos quais ainda o agravo nº 0189533-81.2013.8.24.0000, interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra a Companhia, encontra-se pendente de julgamento dos embargos de declaração interpostos. Sendo assim, devido ao interposto remanescente ainda não julgado que que impossibilita seu reconhecimento nas Demonstrações Contábeis, até a presente data, a Companhia não registrou os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir à Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 168.359 mil (R\$ 133.952 mil em 31 de dezembro de 2016) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado no patrimônio de R\$ 1.617.029 mil (R\$1.450.941 mil em 31 de dezembro de 2016). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$1.999.994 mil e R\$2.057.687 mil (R\$1.822.806 mil e R\$1.877.268 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$1.478.057 mil e R\$1.478.007 mil (R\$1.309.737 mil e R\$1.309.688 mil, em 31 de dezembro de 2016). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de

liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere dúvida quanto à base para preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

3. Como comentado acima, a Companhia apresenta fatores operacionais que requerem uma análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo (análise de “impairment”), conforme pronunciamento emitido pelo CPC 01(R1), entretanto, essa análise não foi apresentada pela administração da Companhia. A ausência dessa análise constitui em limitação do escopo de nossos trabalhos e, dessa forma, não temos como avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda relativos ao ativo aplicável em 31 de dezembro de 2017.

4. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1) a 3) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não divulgam, integralmente, estes fatos.

5. Conforme descrito na nota explicativa 7, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma entidade da federação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$ 613.645 em 31 de dezembro de 2016 e R\$580.533 em 31 de dezembro de 2016) no Ativo Não Circulante. A homologação dos referidos créditos depende de avaliação da Receita Federal do Brasil (RFB) e de desfecho de processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos através de pagamento e não compensação com outros tributos federais.

6. A Companhia registrou créditos de imposto de renda e contribuição social oriundos de diferenças temporárias na rubrica de “tributos diferidos” os montantes de R\$ 17.327 mil, controladora e consolidado, (R\$ 17.914 mil em 31 de dezembro de 2016), os quais não foram objeto de análise de “impairment” e, portanto, não podemos concluir quanto a realização do referido ativo fiscal diferido.

7. A Companhia registra precatórios a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo no montante de R\$ 4.008 controladora e consolidado (R\$ 4.008 em 31 de dezembro de 2016), cuja realização financeira depende do desfecho de mandado de segurança interposto pela Companhia sob nº 0112163-80.2008.8.26.0053.

8. A Companhia apresenta na rubrica de Fornecedores, o montante de R\$ 135.992 mil (R\$112.252 mil em 31 de dezembro de 2016), registrado desde dezembro de 2012, o qual refere-se a dívidas pactuadas (confissão de dívida). Identificamos ainda um montante de R\$136.616 mil (R\$ 114.646 mil em 31 de dezembro de 2016) em títulos do mercado interno vencidos a mais de 360 dias. Entretanto, devido ao descumprimento das obrigações contratuais pactuadas, cabe a avaliação, mensuração e adequada apresentação e divulgação deste saldo contemplando o que preveem estes contratos. Consequentemente, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e mensuração do referido montante nestas demonstrações financeiras.

9. A Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$480.256 mil, controladora e R\$ 480.538 mil no consolidado (R\$ 426.575 mil controladora e R\$426.675 mil consolidado, em 31 de dezembro de 2016). Devido ao processo de recuperação judicial em que a Companhia se encontra e aos processos judiciais de revisão dos contratos financeiros, existem diversas situações a serem consideradas quanto ao passivo financeiro da Companhia, à saber: i) existem operações que montam o valor de R\$ 416.818 mil, controladora e R\$ 417.100 consolidado, (R\$365.823 mil, controladora e R\$ 365.923 mil consolidado, em 31 de dezembro de 2016) atualizado com índices e taxas de juros, inferiores aos acordados contratualmente firmados com as instituições financeiras; ii) existem diferenças entre os saldos contábeis e os controles financeiros nas operações de descontos de duplicatas em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 6.304; iii) certas instituições financeiras enviaram correspondência ao administrador judicial da Companhia informando saldos de empréstimos e financiamentos significativamente diferentes dos montantes registrados nestas informações financeiras em decorrência das negociações realizadas com os credores em 2012 e antes do Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, sendo que estas instituições não responderam as cartas de circularização dos auditores na auditoria relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017; iv) as operações com Debêntures no montante de R\$ 63.437 mil, controladora e consolidado (R\$60.753 mil em 31 de dezembro de 2016) encontram-se com seus pagamentos em atraso, mesmo antes do deferimento do pedido de recuperação judicial, havendo, portanto, encargos não reconhecidos pelo fato da discussão judicial entre as partes e o pedido de recuperação judicial homologado em 2012 pela Companhia; v) os empréstimos e financiamentos acima destacados contêm cláusulas de compromissos (“covenants”) sujeitas a determinados índices restritivos de dívida (“debt covenants”), os quais são auferidos periodicamente, para os quais a Companhia não nos apresentou evidências que comprovem o atendimento dos covenants. Devido à situação comentada não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas demonstrações financeiras caso o insucesso da Companhia nos pleitos judiciais ou na recuperação judicial em curso. Além disso, estas informações não estão integralmente divulgadas nas notas explicativas.

10. Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e também é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui provisões classificadas com risco provável de R\$ 277.051 controladora e consolidado (R\$ 265.431 em 31 de dezembro de 2016) e depósitos judiciais de R\$ 30.761 controladora e R\$ 31.551 consolidado (R\$ 29.752 e R\$ 30.538 em 31 de dezembro de 2016) entretanto identificamos que a Companhia apresenta fraquezas relevantes nos controles internos relacionados ao processo de mensuração das provisões para contingências e depósitos judiciais, gerando uma razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas demonstrações financeiras não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente. Tais deficiências incluem a ausência de controles adequados na identificação de novos passivos contingentes, manutenção e atualização dos riscos de perda e os riscos econômicos envolvidos nas causas em andamento, falta de conciliação e acompanhamento de todos os processos junto aos assessores externos que garantam a integridade e correta apresentação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras, análise tempestiva das alterações processuais e dos impactos do processo de reconhecimento das contingências que assegurem a fidedignidade das provisões. As incertezas significativas e os assuntos comentados não nos possibilitaram concluir sobre o

adequado registro dos valores de provisão para contingências e depósitos judiciais apresentados pela Companhia na data base de 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados, também, para examinar as demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre a DVA acima referida.

Ênfase

1. Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da TEKA S.A., a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2017, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Blumenau (SC), 26 de março de 2018.

Berkan Auditores
Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7

Bradlei Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6



55 47 3035-2668
Frederico Guilherme Busch, 87, Sala 601
Jardim Blumenau - 89.010-360
Blumenau | SC | Brasil
berkan@berkan.com.br

Ano de 2018

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Teka – Tecelagem Kuenhrich S.A. (“Em recuperação judicial”)
Blumenau - SC

Abstenção de Opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Teka – Tecelagem Kuenhrich S.A. “Em recuperação judicial” (‘Companhia’), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Companhia pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa número 1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores

sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30 de outubro de 2013. No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, com oposição à decisão que visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA, dos quais ainda o agravo nº 0189533-81.2013.8.24.0000, interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra a Companhia, encontra-se pendente de julgamento dos embargos de declaração interpostos.

Sendo assim, devido ao interposto remanescente ainda não julgado, a Companhia não havia registrado os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Entretanto, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, a CVM assim se manifestou comentando que a Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial.

Desta forma, considerando as orientações da CVM, toda a situação contábil passível de avaliação e de reconhecimento foi ajustada nos demonstrativos da Companhia com base no Plano de Recuperação Judicial (vide nota 1.1).

A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir à Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 125.613 mil (R\$ 115.380 mil em 31 de dezembro de 2017) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado no patrimônio de R\$ 1.572.747 mil (R\$ 1.452.235 mil em 31 de dezembro de 2017). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$1.952.424 mil e R\$2.010.955 mil (R\$1.813.569 mil e R\$1.870.536 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$1.435.218 mil e R\$1.435.160 (R\$1.313.263 mil e R\$1.313.213 em 31 de dezembro de 2017). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere dúvida quanto à base para preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2018, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

3. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1) e 2) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não divulgam, integralmente, estes fatos.

4. Conforme descrito na nota explicativa 9, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma entidade da federação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$ 621.460 em 31 de dezembro de 2018 e R\$582.402 em 31 de dezembro de 2017) no Ativo Não Circulante. A homologação dos referidos créditos depende de avaliação da Receita Federal do Brasil (RFB) e de desfecho de processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos através de pagamento e não compensação com outros tributos federais.

5. A Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$425.906 mil controladora e consolidado (R\$ 378.742 mil controladora e R\$ 379.024 mil consolidado, em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$297.519 (R\$276.239 em 31 de dezembro de 2017) foram incluídos no Plano de Recuperação Judicial.

Devido ao processo de recuperação judicial em que a Companhia se encontra e aos processos judiciais de revisão dos contratos financeiros, existem diversas situações a serem consideradas quanto ao passivo financeiro da Companhia, a saber: i) a maior parte das instituições financeiras não respondem nossos procedimentos externos de confirmação de saldo através das circularizações, ii) as operações com Debêntures no montante de R\$ 622 mil, controladora e consolidado (R\$479 mil em 31 de dezembro de 2017) encontram-se com seus pagamentos em atraso. Devido à situação comentada em especial pela ausência de confirmação externa das instituições financeiras não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas demonstrações financeiras caso o insucesso da Companhia nos pleitos judiciais ou na recuperação judicial em curso.

6. Conforme descrito na nota explicativa 18, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e também é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui provisões classificadas com risco provável de R\$ 295.272 controladora e R\$ 295.669 consolidado (R\$ 281.089 controladora e R\$ 281.303 consolidado em 31 de dezembro de 2017) e depósitos judiciais de R\$ 31.936 controladora e R\$ 32.724 consolidado (R\$ 30.761 e R\$ 31.551 em 31 de dezembro de 2017) entretanto identificamos que a Companhia apresenta fraquezas relevantes nos controles internos relacionados ao processo de mensuração das provisões para contingências e depósitos judiciais, gerando uma razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas demonstrações financeiras não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente. Tais deficiências incluem a ausência de controles adequados na identificação de novos passivos contingentes, manutenção e atualização dos riscos de perda e os riscos econômicos envolvidos nas causas em andamento, falta de conciliação e acompanhamento de todos os processos junto aos assessores externos que garantam a integridade e correta apresentação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras, análise tempestiva das alterações processuais e dos impactos do processo de reconhecimento das contingências que assegurem a fidedignidade das provisões. As incertezas significativas e os assuntos comentados não nos possibilitaram concluir sobre o adequado registro dos valores de provisão para contingências e depósitos judiciais apresentados pela Companhia na data base de 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados, também, para examinar as demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Bases para

abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre a DVA acima referida.

Ênfase

Cobertura de seguros

Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da TEKA S.A., a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2018, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, em decorrência de mudanças de políticas contábeis, os valores correspondentes ao balanço patrimonial e a demonstração das mutações do patrimônio líquido, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentado para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nosso relatório de revisão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Blumenau (SC), 27 de março de 2019.

Berkan Auditores
Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7

Bradlei Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6



55 47 3035-2668
Rua Guarani, 63
Garcia - 89.021-110
Blumenau | SC | Brasil
berkan@berkan.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Teka – Tecelagem Kuehrich S.A. (“Em recuperação judicial”)
Blumenau - SC

Abstenção de Opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Teka – Tecelagem Kuehrich S.A. “Em recuperação judicial” (‘Companhia’), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Companhia pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa número 1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da

Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30 de outubro de 2013. No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, com oposição à decisão que visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA, dos quais ainda o agravo nº 0189533-81.2013.8.24.0000, interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra a Companhia, encontra-se pendente de julgamento dos embargos de declaração interpostos.

Sendo assim, devido ao interposto remanescente ainda não julgado, a Companhia não havia registrado os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Entretanto, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, a CVM assim se manifestou comentando que a Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial.

Desta forma, considerando as orientações da CVM, toda a situação contábil passível de avaliação e de reconhecimento foi ajustada nos demonstrativos da Companhia com base no Plano de Recuperação Judicial (vide nota 1.1).

A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir à Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 129.030 mil (R\$ 125.613 mil em 31 de dezembro de 2018) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado no patrimônio de R\$ 1.698.298 mil (R\$ 1.572.747 mil em 31 de dezembro de 2018). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$ 2.082.586 mil e R\$ 2.143.997 mil (R\$ 1.952.424 mil e R\$ 2.010.955 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$ 1.564.027 mil e R\$ 1.563.967 (R\$ 1.435.218 mil e R\$ 1.435.160 em 31 de dezembro de 2018). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere dúvida quanto à base para preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2019, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

Tais assuntos, alinhados a recente pandemia da COVID-19, citada nota explicativa 29, nos suscitam dúvida sobre a continuidade da Companhia.

3. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1) e 2) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não divulgam, integralmente, estes fatos.

4. Conforme descrito na nota explicativa 8, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma entidade da federação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$ 662.750 em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 621.460 em 31 de dezembro de 2018) no Ativo Não Circulante. A homologação dos referidos créditos depende de avaliação da Receita Federal do Brasil (RFB) e de

desfecho de processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos através de pagamento e não compensação com outros tributos federais.

5. Conforme descrito na nota explicativa 15, a Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$ 469.276 mil controladora e consolidado (R\$ 425.906 mil controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$ 329.508 (R\$ 297.519 em 31 de dezembro de 2018) foram incluídos no Plano de Recuperação Judicial.

Devido ao processo de recuperação judicial em que a Companhia se encontra e aos processos judiciais de revisão dos contratos financeiros, existem situações a serem consideradas quanto ao passivo financeiro da Companhia, como por exemplo a maior parte das instituições financeiras não respondem nossos procedimentos externos de confirmação de saldo através das circularizações. Devido à situação comentada em especial pela ausência de confirmação externa das instituições financeiras não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas demonstrações financeiras caso o insucesso da Companhia nos pleitos judiciais ou na recuperação judicial em curso.

6. Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e também é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui provisões classificadas com risco provável de R\$ 307.276 controladora e R\$ 307.743 consolidado (R\$ 295.272 controladora e R\$ 295.669 consolidado em 31 de dezembro de 2018) e depósitos judiciais de R\$ 32.894 controladora e R\$ 33.682 consolidado (R\$ 31.936 controladora e R\$ 32.724 em 31 de dezembro de 2018) entretanto identificamos que a Companhia apresenta fraquezas relevantes nos controles internos relacionados ao processo de mensuração das provisões para contingências e depósitos judiciais, gerando uma razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas demonstrações financeiras não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente. Tais deficiências incluem a ausência de controles adequados na identificação de novos passivos contingentes, manutenção e atualização dos riscos de perda e os riscos econômicos envolvidos nas causas em andamento, falta de conciliação e acompanhamento de todos os processos junto aos assessores externos que garantam a integridade e correta apresentação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras, análise tempestiva das alterações processuais e dos impactos do processo de reconhecimento das contingências que assegurem a fidedignidade das provisões. As incertezas significativas e os assuntos comentados não nos possibilitaram concluir sobre o adequado registro dos valores de provisão para contingências e depósitos judiciais apresentados pela Companhia na data base de 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados, também, para examinar as demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Bases para

abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre a DVA acima referida.

Ênfase

Cobertura de seguros

Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da TEKA S.A., a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2019, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Blumenau (SC), 27 de março de 2020.

Berkan Auditores
Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7

Bradlei Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6



55 47 30
Rua Gu
Garcia - 89
Blumenau | S
berkan@berka

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização.

Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perdas estimadas nas demonstrações financeiras em montante suficiente para cobrir a perda provável.

Outras políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados; e
- Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos;

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não ocorreram.

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não ocorreram.

- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não ocorreram.

- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não ocorreram.

- iv. contratos de construção não terminada

Não ocorreram.

- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não ocorreram.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não ocorreram.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
b. natureza e o propósito da operação
c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia efetuou em 2019 investimentos somente na manutenção de seu parque fabril. Os investimentos importaram R\$ 475,4 mil. Para o próximo ano, não há previsão de investimentos relevantes.

- ii. fontes de financiamento dos investimentos

Recursos próprios.

- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

- c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não foram identificados outros fatores relevantes que não os anteriormente comentados.

Anexo II: Remuneração dos administradores (art. 12, Instrução CVM nº 481/09), Item 13 do Formulário de Referência. (Instrução CVM nº 480/09)

Art. 12 Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

- Visto que a Companhia está em Recuperação Judicial e todas as suas despesas sendo controladas de forma que não haja nenhum custo adicional, verifica-se que, ao somar remuneração do conselho de administração e da diretoria estatutária, o montante se mantém inferior aos anos anteriores, conforme demonstrado no item 13.2- letra F.

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.

13 . Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

- A remuneração total anual dos Administradores (leia-se Conselho de Administração e Diretoria) será no máximo estipulada na AGO.
- Conforme estatuto da Companhia (artigo 10º) caberá ao Conselho de Administração a fixação dos valores individuais aos membros da Administração.

b. composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles
- ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total
- iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração
- iv. razões que justificam a composição da remuneração
- v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

- Conselho de Administração – remuneração 100% fixa.
- Diretora Presidente: Acumulando os cargos de Gestora Judicial e Presidente da Companhia, sendo eleita pela Assembleia Geral de Credores em 10/06/2019, mantendo sua remuneração conforme estipulada inicialmente ao assumir o cargo de Gestora Judicial.
- Diretoria – remuneração 100% fixa.
- O reajuste da parcela fixa da remuneração dos membros da administração da Companhia é definido anualmente em Assembleia Geral de Acionistas.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não se aplica.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não se aplica.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Não se aplica.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não se aplica.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró-labore
- benefícios diretos e indiretos
- remuneração por participação em comitês
- outros

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões
- comissões
- outros

iii. benefícios pós-emprego

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

v. remuneração baseada em ações, incluindo opções

e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

31/12/2017 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	4	3	10
Nº de membros remunerados	3	4	3	10
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	397.430,05	1.235.208,14	152.691,52	1.785.329,71
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	397.430,05	1.235.208,14	152.691,52	1.785.329,71

31/12/2018 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	4	3	10
Nº de membros remunerados	3	4	3	10
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	180.000,00	960.659,00	68.833,33	1.209.492,33
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	180.000,00	960.659,00	68.833,33	1.209.492,33

31/12/2019 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2	0	5
Nº de membros remunerados	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	180.000,00	722.263,07	0,00	902.263,07
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	180.000,00	722.263,07	0,00	902.263,07

2020 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2	0	5
Nº de membros remunerados	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	180.000,00	714.069,00	0,00	894.069,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	180.000,00	714.069,00	0,00	894.069,00

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
 - e. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não há remuneração baseada em ações.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo :

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga

- ii. quantidade de opções outorgadas
- iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- iv. prazo máximo para exercício das opções
- v. prazo de restrição à transferência das ações
- vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- e. valor justo das opções na data de cada outorga
- f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não há remuneração baseada em ações.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo :

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não se aplica.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- e. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição

- iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não se aplica.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a.modelo de precificação
- b.dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c.método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d.forma de determinação da volatilidade esperada
- e.se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indireta detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Não se aplica.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não se aplica

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal :

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. valor da maior remuneração individual
- e. valor da menor remuneração individual

f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3	4	3
Nº de membros remunerados	3	4	3
Valor da maior remuneração(Reais)	212.988,80	400.465,60	23.202,44
Valor da menor remuneração(Reais)	45.473,54	205.097,71	23.202,40
Valor médio da remuneração(Reais)	104.112,91	308.802,04	23.202,41

2017 após decisão nos autos do processo RJ	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3	4	3
Nº de membros remunerados	3	4	3
Valor da maior remuneração(Reais)	30.045,66	400.465,60	27.694,76
Valor da menor remuneração(Reais)	25.000,00	205.097,71	27.694,76
Valor médio da remuneração(Reais)	30.045,66	308.802,04	27.694,76

2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3	4	3
Nº de membros remunerados	3	4	3
Valor da maior remuneração(Reais)	60.000,00	339.305,00	32.500,00
Valor da menor remuneração(Reais)	60.000,00	171.692,00	3.833,33
Valor médio da remuneração(Reais)	60.000,00	240.164,75	22.944,44

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3	2	0
Nº de membros remunerados	3	2	0
Valor da maior remuneração(Reais)	60.000,00	351.176,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	60.000,00	88.140,07	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	60.000,00	240.754,36	0,00

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

- Diretoria: No caso de destituição, será pago o saldo da remuneração referente ao mês em curso e a multa de 50% sobre os valores de FGTS. Contudo, tal regra não se aplica à aposentadoria.
- Conselho de Administração: No caso de destituição, será pago o saldo da remuneração mensal.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria

estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	2017	2018	2019
REMUNERAÇÃO TOTAL / ano	R\$ 1.785.329,71	R\$ 1.209.492,33	R\$ 902.263,07
PARTES RELACIONADAS / ano	R\$ 705.332,78	R\$ 176.280,00	R\$ 88.140,00
% Partes Relacionadas	39,5%	14,6%	9,8%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não se aplica.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações sobre este item.

Anexo III: Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09)

Não apresentado em função da apuração de prejuízo no exercício.